



Fl: 01 Proc. nº 4866/15
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA
~~PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA~~
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL
CARIACICA - ES
4866 Data 04/11/15
Protocolo - Geral
Assinatura

MENSAGEM Nº 217/2015

Senhor Presidente da Câmara

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 2º do art. 57 da Lei Orgânica Municipal, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 329/2014, que autoriza o Executivo Municipal a criar o Auxílio Creche às mães ou responsáveis legais não atendidas na rede pública de ensino, no âmbito do Município de Cariacica.

Ouvidas, a Procuradoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento manifestaram-se pelo veto do projeto:

RAZÕES DO VETO

O referido projeto de lei nº 329/2014 autoriza o Executivo Municipal a criar o Auxílio Creche às mães ou responsáveis legais não atendidas na rede pública de ensino, no âmbito do Município de Cariacica.

A respeito da matéria, pronunciou-se a Secretária Municipal de Gestão e Planejamento nos seguintes termos:

"... em resposta à CI/PROGER-PMC – Nº 840/2015, informa-se que da análise do projeto de lei de iniciativa da Câmara, verifica-se a necessidade de manifestação da Secretaria Municipal de Educação, haja vista que a temática do Autógrafo de Lei é afeta a essa pasta. Cumpre salientar que não obstante sua relevância social o Projeto de Lei apresentado vai de encontro à situação econômica atual do País, portanto, merece ainda avaliação da Secretaria

8



Fl: 02 Proc. nº 4866/15

CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Municipal de Finanças, dado o dispêndio financeiro que representará para o Município de Cariacica, caso seja recepcionado. (...) Atenciosamente. Ass.: Secretária Municipal de Gestão e Planejamento.

Tais informações demonstram a preocupação que a Administração Municipal tem para com as finanças públicas do Município de Cariacica, num momento em que as receitas diminuíram drasticamente, especialmente, no fornecimento de um serviço público que o Município já disponibiliza às mães que necessitam deixar seus filhos nos Centros Municipais de Educação Infantil - CEMEIS, bastando, para tanto, que haja vagas.

É certo que há carência de vagas nos CEMEIS, em algumas regiões do Município, mas a Administração Municipal está tomando providências, com planejamento e organização, visando a construção de mais CEMEIS, estando os respectivos procedimentos administrativos em fase de conclusão.

O que não pode, e não deve ocorrer, em hipótese alguma, é a Administração Municipal criar benefícios conforme pretendido na proposta legislativa, sem análise da viabilidade econômica e financeira municipal.

O objeto contido neste Projeto sob análise, trata de regras afetas à Organização Administrativa da Administração Municipal, que estarão sempre atreladas à disponibilidade financeira e de pessoal capacitado para executá-las.

Neste aspecto, o legislador municipal não observou as regras contidas na Lei Orgânica Municipal no seu artigo 53, inciso IV, que diz o seguinte:

Art. 53 - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa das leis que versem sobre:

8.



IV – Organização administrativa, serviços públicos e de pessoal da administração;

A Lei municipal nº 5.283/2014 cria uma Nova Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal da Cariacica, visando orientar, com observância dos princípios fundamentais da administração pública, as funções e competências das unidades administrativas para a execução e aprimoramento da ação governamental em prol da população e do bem comum.

O seu artigo 18 dispõe que na prática das atividades da Administração Pública Municipal, deverá o gestor público observar alguns fundamentos, tais como Planejamento (processo constante da Administração), Coordenação, Controle, etc.

O planejamento é um sistema dinâmico e integrado com metas visando à promoção do desenvolvimento do município, em todos os aspectos.

A Coordenação das atividades da administração, será feita em caráter permanente entre os órgãos a partir da atuação integrada dos secretários municipais, sob o comando geral do Prefeito Municipal.

Assim, as ações da Administração municipal devem ser coordenadas assegurando o cumprimento dos Planos de Governo e de Desenvolvimento Municipal, dentro de parâmetros preestabelecidos, o que, certamente, não foi observado pelo legislador municipal na proposta apresentada.

8.



Fl: 04 Proc. nº 4866/15
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Os artigos 4º e 6º do Projeto em análise, possuem redação semelhante, em redundância, ferindo as regras contidas na LC nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Além disso, a formulação 'autorizativa' adotada não afastaria o vício de iniciativa, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (ADIn 1.955-4/RO) e implicaria violação da reserva legal, prevista no art. 37, caput, e, novamente, no art. 53, IV da LOM.

Já está sedimentado na jurisprudência que mesmo lei de conteúdo meramente autorizativo, padece também do vício de inconstitucionalidade.

Eis decisão do TJES, nesse sentido:

49166610 - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE LEI MUNICIPAL. VÍCIO DE INICIATIVA. VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL OU NOMODINÂMICA. LEI MERAMENTE AUTORIZATIVA. NORMA QUE AUTORIZA O DESTACAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL PARA ATUAR JUNTO ÀS ESCOLAS. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS. COMPETÊNCIA. CHEFE DO PODER EXECUTIVO. TRIPARTIÇÃO DOS PODERES. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI COM EFEITOS EX TUNC E COM EFICÁCIA ERGA OMNES. 1 - Segundo o art. 61, §1º, "b" e "c", da Constituição Federal e art. 63, parágrafo único, III e VI, da Constituição Estadual, a competência para iniciativa de Leis que disponham sobre organização administrativa e pessoal da administração dos servidores públicos municipais e criação, estruturação e atribuições de suas secretarias é, respectivamente, privativa do presidente da república e do governador do estado, e por simetria, no caso do município, privativa do prefeito, conforme o disposto no art. 80, parágrafo único, II e III, da Lei orgânica municipal de vitória. 2- as regras da Constituição Federal sobre

8



Fl: 05 Proc. nº 4866/15
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

iniciativa reservada são de observância compulsória pelo estado e pelos municípios, que não poderão afastar-se do modelo estabelecido pelo legislador constituinte. 3- a apresentação de projetos de Lei autorizativos por parlamentares visa, em regra, contornar tal inconstitucionalidade, fazendo com que seja aprovado norma legal que não obrigue, mas apenas autorize o poder executivo a praticar uma determinada ação. Embora não haja obrigação de cumprimento do preceito, é certo que a constituição não menciona que a iniciativa privativa do chefe do poder executivo restringe-se às Leis impositivas. Inteligência da Súmula nº 1 da ccjc da Câmara dos Deputados. 4- o poder de autorizar é intensamente ligado ao poder de não autorizar, apesar de se contraporem. Nessa mesma linha de raciocínio, a se admitir que uma Lei possa "autorizar" o chefe do poder executivo a praticar ato de sua competência privativa, forçoso será reconhecer a possibilidade de uma Lei "não autorizar" a previsão constitucionalmente positivada. 5- as regras da Constituição Federal sobre iniciativa reservada são de observância compulsória pelo estado e pelos municípios, que não poderão afastar-se do modelo estabelecido pelo legislador constituinte. 6- o legislativo local, ao ter a iniciativa do projeto de Lei que resultou na promulgação da Lei Municipal nº 7.945/2010, destacando parte da guarda municipal para atuar em unidades de ensino do município, a despeito de seu inegável valor social, acabou invadindo competência privativa do chefe do poder executivo local violando o princípio constitucional da tripartição dos poderes (art. 17 da Constituição Estadual), restando patente o vício formal subjetivo (iniciativa do projeto de Lei), prerrogativa exclusiva do prefeito municipal. 7- pedido na ação direta de inconstitucionalidade julgado procedente com efeitos ex tunc e eficácia erga omnes. (TJES; ADI 0000791-53.2012.8.08.0000; Tribunal Pleno; Rel. Des. Manoel Alves Rabelo; Julg. 12/07/2012; DJES 17/07/2012; Pág. 22)

Pelo que expomos, vislumbram-se razões de ordem política e jurídica para o veto integral do Projeto de Lei analisado.



Fl: 06 Proc. nº 4866/15

CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Ante o exposto, temos por preservar os termos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, bem como as razões aqui elaboradas, opinando pelo veto integral do presente Projeto de Lei, por não terem sido obedecidas as orientações legais.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros dessa Câmara Municipal de Vereadores.

Cariacica-ES, 03 de novembro de 2015.


GERALDO LUZIA DE OLIVEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
CARIACICA - ES
4866 Data 04/11/15
Protocolo - Geral
Assinatura

